



Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 817, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267 de 24 de outubro de 2013, Portaria nº 25 de 03 de fevereiro de 2014, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar sem efeito a publicação da primeira análise do projeto desportivo no processo 58701.002982/2015-41, divulgado na Deliberação nº 817, de 07 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 233, Seção 1, página 85 de 07 de dezembro de 2015.

FÁBIO DE CASTRO PATRÍCIO  
Presidente da Comissão

DELIBERAÇÃO Nº 817, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267 de 24 de outubro de 2013, Portaria nº 25 de 03 de fevereiro de 2014, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar sem efeito a publicação da primeira análise do projeto desportivo no processo 58701.002985/2015-85, divulgado na Deliberação nº 817, de 07 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 233, Seção 1, página 85 de 07 de dezembro de 2015.

FÁBIO DE CASTRO PATRÍCIO  
Presidente da Comissão

DELIBERAÇÃO Nº 818, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267 de 24 de outubro de 2013, Portaria nº 25 de 03 de fevereiro de 2014, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar sem efeito a publicação da primeira análise do projeto desportivo no processo 58701.002995/2015-11, divulgado na Deliberação nº 818, de 08 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 234, Seção 1, página 83 de 08 de dezembro de 2015.

FÁBIO DE CASTRO PATRÍCIO  
Presidente da Comissão

DELIBERAÇÃO Nº 819, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 06/10/2015, 04/11/2015 e 01/12/2015, e na reunião extraordinária realizada em 22/05/2015, 19/11/2015.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 289, de 26 de outubro de 2015, considerando:

- a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em xxx, xxx e xxx, e na reunião extraordinária realizada em xxx.
- b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:
- Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.
- Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.
- Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.
- Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE CASTRO PATRÍCIO  
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.011400/2013-56  
Proponente: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul  
Título: Saúde na Medida - Combate à Obesidade Infantil  
Registro: 01SP09092011  
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional  
CNPJ: 59.307.595/0001-75  
Cidade: São Caetano do Sul UF: SP  
Valor aprovado para captação: R\$ 2.623.068,43  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0322 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 68375-2  
Período de Captação até: 31/12/2016  
2 - Processo: 58701.002619/2015-26  
Proponente: Instituto Reagir de Paradesporto  
Título: Natação Paralímpica - Atleta de Rendimento  
Registro: 02PR146082015  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento

CNPJ: 17.472.800/0001-08  
Cidade: Pinhais UF: PR  
Valor aprovado para captação: R\$ 149.996,00  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2456 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 60954-4  
Período de Captação até: 31/12/2016  
3 - Processo: 58701.002699/2015-10  
Proponente: Instituto Reagir de Paradesporto  
Título: Paratriathlon Rio 2016  
Registro: 02PR146082015  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 17.472.800/0001-08  
Cidade: Pinhais UF: PR  
Valor aprovado para captação: R\$ 256.104,66  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2456 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 60953-6  
Período de Captação até: 31/12/2016  
4 - Processo: 58701.002864/2015-33  
Proponente: Organização Funilense de Atletismo  
Título: Equipe Competitiva ORCAMPI 2016  
Registro: 02SP007072007  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 04.534.214/0001-07  
Cidade: Campinas UF:SP  
Valor aprovado para captação: R\$ 3.153.657,73  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0052 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 95781-X  
Período de Captação até: 31/12/2016  
5 - Processo: 58701.004337/2015-63  
Proponente: Instituto Akel de Responsabilidade Social  
Título: Treinamento e Participação do Piloto Paulo Victor II  
Registro: 02SP085682011  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 08.634.957/0001-00  
Cidade: São Paulo UF:SP  
Valor aprovado para captação: R\$ 1.611.750,00  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6799 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8073-X  
Período de Captação até: 31/12/2016  
6 - Processo: 58701.004335/2015-74  
Proponente: Instituto Akel de Responsabilidade Social  
Título: Talentos Automobilismo  
Registro: 02SP085682011  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 08.634.957/0001-00  
Cidade: São Paulo UF:SP  
Valor aprovado para captação: R\$ 1.034.450,40  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6799 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8079-9  
Período de Captação até: 31/12/2016  
7 - Processo: 58701.004336/2015-19  
Proponente: Instituto Akel de Responsabilidade Social  
Título: Novos Talentos Para o Brasil  
Registro: 02SP085682011  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 08.634.957/0001-00  
Cidade: São Paulo UF:SP  
Valor aprovado para captação: R\$ 1.773.282,48  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6799 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8074-8  
Período de Captação até: 31/12/2016  
8 - Processo: 58701.004334/2015-20  
Proponente: Instituto Akel de Responsabilidade Social  
Título: Lucas Gohr na Sprint Race Brasil  
Registro: 02SP085682011  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 08.634.957/0001-00  
Cidade: São Paulo UF:SP  
Valor aprovado para captação: R\$ 505.342,96  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6799 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8084-5  
Período de Captação até: 31/12/2016

ANEXO II

1 - Processo: 58701.001922/2014-21  
Proponente: Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais  
Título: Cidadania Através do Esporte, Lazer e Fundamentos Militares  
Valor aprovado para captação: R\$ 1.173.590,48  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3495 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 41659-2  
Período de Captação até: 31/12/2016  
2 - Processo: 58701.002879/2014-11  
Proponente: Instituto Memorial do Salto Triplo e Desenvolvimento do Esporte  
Título: Equipe Maurren Maggi Ano I  
Valor aprovado para captação: R\$ 3.500.368,24  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6816 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 9963-5  
Período de Captação até: 31/12/2016  
3 - Processo: 58701.002478/2015-41  
Proponente: Confederação Brasileira de Basketball  
Título: 3x3 World Tour  
Valor aprovado para captação: R\$ 496.010,88  
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0392 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 52600-2  
Período de Captação até: 19/09/2016

RETIFICAÇÕES

Processo Nº 58701.002748/2015-14  
No Diário Oficial da União nº 234, de 8 de dezembro de 2015, na Seção 1, página 83 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 818/2015, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R\$ 606.661,80, leia-se: Valor aprovado para captação: R\$ 906.661,80.

Processo Nº 58701.003404/2015-22  
No Diário Oficial da União nº 225, de 25 de novembro de 2015, na Seção 1, página 58 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 809/2015, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R\$ 2.521.126,90, leia-se: Valor aprovado para captação: R\$ 2.388.494,98.

Ministério do Meio Ambiente

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

RESOLUÇÃO Nº 472, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o uso de dispersantes químicos em incidentes de poluição por óleo no mar.

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CO-NAMA, no uso das competências que lhe são conferidas pelo art. 8º, inciso VII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e o previsto no art. 29 do Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre o uso de dispersantes químicos para ações de resposta a incidentes de poluição por óleo no mar.

Art. 2º Para efeitos desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - aplicação subaquática: aplicação de dispersantes químicos no mar junto à cabeça de poços exploratórios ou produtores de óleo;

II - aplicação prolongada de dispersante: aplicação de dispersante químico que exceda 96 (noventa e seis) horas a partir da primeira aplicação;

III - áreas ambientalmente sensíveis: regiões costeiras e marinhas onde a prevenção, o controle da poluição e a manutenção do equilíbrio ecológico exigem medidas especiais para a proteção e a preservação do meio ambiente em caso de incidente de poluição por óleo;

IV - árvore de decisão: ferramenta de apoio à tomada de decisão, formada por uma sequência de decisões, suas possíveis alternativas e recomendações em cada situação;

V - descarga de óleo: qualquer despejo, escape, derrame, vazamento, esvaziamento, lançamento para fora ou bombeamento de óleo, em qualquer quantidade, a partir de um navio, porto organizado, instalação portuária, duto, plataforma ou suas instalações de apoio;

VI - dispersantes químicos: formulações químicas constituídas de solvente e agentes surfactantes (tenso-ativos) usadas para diminuir a tensão interfacial óleo-água e para estabilizar a dispersão do óleo em gotículas na superfície e na coluna de água;

VII - efetividade do dispersante químico: proporção, expressa em porcentagem, de óleo disperso na coluna d'água em relação à quantidade de óleo que permanece na superfície do corpo d'água na área aplicada;

VIII - incidente de poluição por óleo: ocorrência que resulte ou possa resultar em descarga de óleo no mar, inclusive aquelas de responsabilidade indeterminada, que represente ou possa representar ameaça à saúde humana, ao meio ambiente, ou a interesses correlatos de outros países, e que exija ação de emergência ou outra resposta imediata;

IX - intemperização do óleo: alterações da composição química e de propriedades físicas originais do óleo, devido à ação de processos físicos, químicos e biológicos;

X - monitoramento da efetividade do dispersante químico: observação visual, aérea ou marítima, ou emprego de outros procedimentos para avaliar a eficiência da aplicação e a eficácia do dispersante químico;

XI - óleo: qualquer forma de hidrocarboneto, entendidos como petróleo e seus derivados, incluindo óleo cru, óleo combustível, resíduos de petróleo e produtos refinados;

XII - óleo emulsionado: emulsão de água em óleo na forma de gotículas;

XIII - respondedor: poluidor ou agente responsável pelas operações de resposta ao incidente de poluição por óleo no mar; e

XIV - taxa de aplicação: razão entre o volume de dispersante químico aplicado e o volume da descarga de óleo a ser tratada.

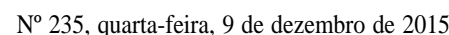
Art. 3º A produção, importação, comercialização e uso de dispersantes químicos em ações de resposta aos incidentes de poluição por óleo no mar somente poderão ser efetivados após a obtenção do registro do produto junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA.

Parágrafo único. O IBAMA estabelecerá, por meio de Instrução Normativa, os procedimentos e exigências necessários para a obtenção do registro dos dispersantes químicos.

Art. 4º A aplicação de dispersantes químicos em ações de resposta a incidentes de poluição por óleo no mar deverá ser previamente comunicada ao IBAMA.

§ 1º A Comunicação do Uso de Dispersante Químico ao IBAMA deverá ser encaminhada pelo respondedor conforme formulário constante do Anexo I.

§ 2º Caso a mancha de óleo possa, de acordo com as evidências disponíveis, impactar algum Estado costeiro da Federação, o respondedor deverá, simultaneamente, encaminhar a comunicação a que se refere o § 1º ao órgão estadual de meio ambiente.



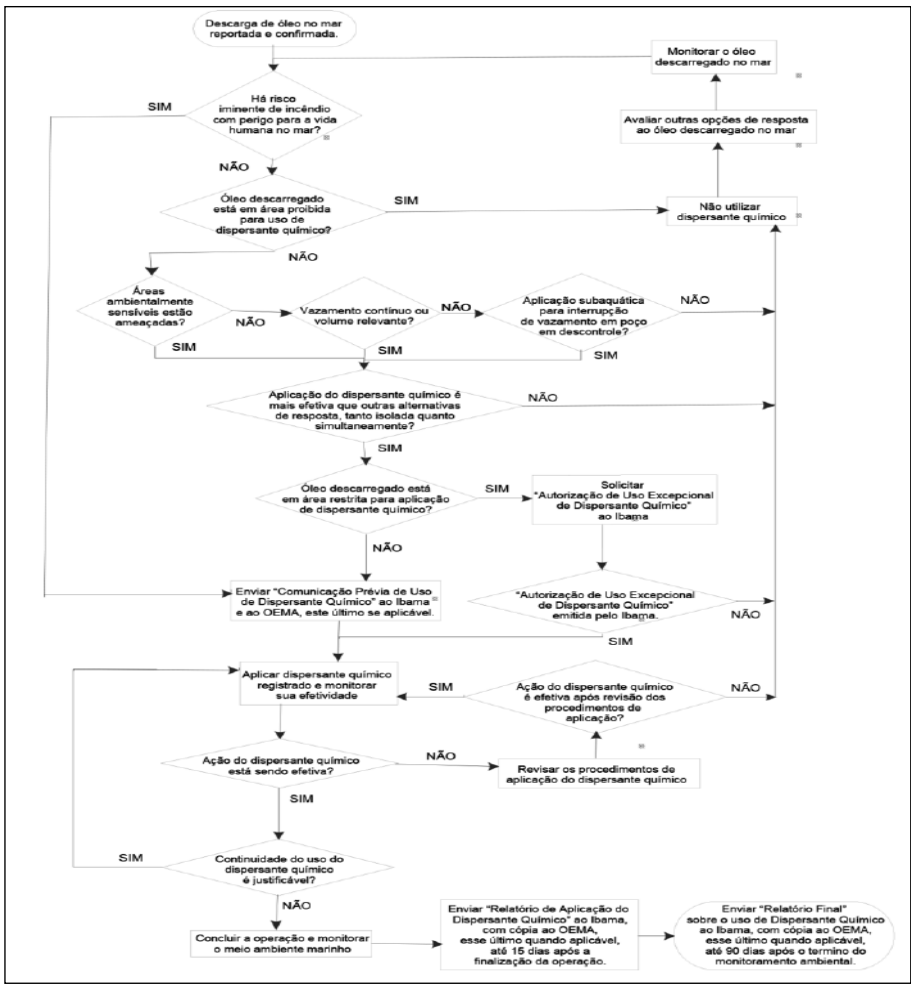
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Justificativa:  
(Observação: a justificativa deverá demonstrar que o uso de dispersantes químicos será fundamental para proteção de determinada(s) espécie(s) ou que implicará em menor impacto para os ecossistemas passíveis de serem atingidos pelo óleo em comparação com o seu não uso).

ANEXO III

ÁRVORE DE TOMADA DE DECISÃO PARA APLICAÇÃO DE DISPERSANTES QUÍMICOS EM INCIDENTES DE POLUIÇÃO POR ÓLEO NO MAR



ANEXO IV

Relatório de Aplicação do Dispersante Químico

I - Sobre o incidente de poluição por óleo, antes da aplicação do dispersante químico:

- a) Nome da localidade e as coordenadas geográficas de onde ocorreu o incidente;
- b) Data e hora da ocorrência;
- c) Profundidade e distância da costa de onde ocorreu o evento;
- d) Fonte e causa: navio (citar o nome e a bandeira), plataformas ou outras;
- e) Tipo e características do óleo descarregado;
- f) Aspecto da mancha; e
- g) Estimativa da mancha: área e espessura.

II - Sobre as condições ambientais, antes da aplicação do dispersante químico:

- a) Direção e intensidade do vento predominante;
- b) Direção e intensidade da corrente marinha;
- c) Estado do mar;
- d) Sentido da corrente de maré (vazante ou enchente), caso aplicável;
- e) Temperatura do ar e da água, no local da aplicação; e
- f) Ocorrência ou não de precipitação pluviométrica.

III - Sobre a aplicação do dispersante:

- a) Nome do dispersante aplicado;
- b) Justificativa para a utilização do dispersante (com base na Árvore de Tomada de Decisão);
- c) Justificativa para escolha do dispersante aplicado, em função do seu tipo;
- d) Coordenadas geográficas do polígono, profundidade e distância da costa de onde ocorreu a aplicação do dispersante;
- e) Volume do dispersante empregado e área coberta por aplicação;
- f) Taxa de aplicação;
- g) Modificações na aplicação em relação à comunicação prévia;
- h) Volume estimado do óleo disperso;
- i) Avaliação da efetividade da aplicação e recomendações;
- J) Método de aplicação e de mistura (equipamento, mão de obra, tempo); e

IV - Observações gerais sobre a operação:

- a) Registro descritivo, fotográfico e cartográfico do comportamento da mancha dispersada, incluindo dados de posicionamento com referências sobre data e hora e coordenadas geográficas.

V - Responsabilidade pela Operação:

- a) Nome do Coordenador-Geral da operação e seus contatos; e
- b) Nome do responsável pela aplicação de dispersantes e seus contatos.

VI - Sobre os Recursos Mobilizados:

- a) Recursos humanos e materiais mobilizados na operação.

Ministério do Planejamento,  
Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 553, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria e do item 5 no Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço no quadro de pessoal de FURNAS Centrais Elétricas S.A., dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe a FURNAS notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar a FURNAS no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado em FURNAS.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NELSON BARBOSA

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
309.928.427-00	FLAVIO ROCHA ALVES	04599.519043/2004-74
446.040.257-20	JOSE FERREIRA RODRIGUES	04599.519044/2004-19
336.248.607-04	LUIZ MIRANDA SILVA	04599.513078/2004-08

PORTARIA Nº 554, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas nos arts. 1º e 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e no art. 4º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, bem como considerando as informações constantes dos processos relacionados no Anexo Único desta Portaria, e o disposto no Parecer CGU/AGU Nº 01/2007 - RVJ, aprovado pelo Presidente da República, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007, Seção 1, Página 4, em especial nos seus parágrafos 273, 274, 284 e 301, e no art. 4º-A, inciso IV, do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, e do item 5 no Despacho nº 1.499/2009 do Consultor-Geral da União, que indica que "nenhum órgão da administração pública federal tem o poder de rever decisões de mérito da Comissão Especial Interministerial", resolve:

Art. 1º Deferir o retorno ao serviço, dos empregados constantes do Anexo Único desta Portaria, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, para compor quadro especial em extinção do Ministério dos Transportes, sob regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Cabe ao Ministério dos Transportes notificar, no prazo de trinta dias, os empregados para se apresentarem ao serviço, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007.

Art. 3º Os empregados deverão se apresentar ao Ministério dos Transportes no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. A não apresentação do empregado no prazo mencionado no caput implicará renúncia ao direito de retornar ao serviço.

Art. 4º Os efeitos financeiros do retorno ao serviço dar-se-ão a partir do exercício do empregado no Ministério dos Transportes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NELSON BARBOSA

ANEXO ÚNICO

CPF	Nome	Processo nº
415.220.604-72	ARIOSVALDO CARLOS DE QUEIROZ	05200.001156/2012-17
742.324.607-72	VERÔNICA DUTRA DE ANDRADE	04500.013334/2009-18